

FOCUS GROUP | MORADORES DO QUARTEIRÃO DA MESQUITA



INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia desenvolveu um projeto "que visa revitalizar os bairros e as ruas, com e para os cidadãos, promovendo o envolvimento e a participação ativa de todos na gestão do espaço público": Meu Bairro, Minha Rua. Este foi inicialmente levado a cabo no quarteirão da Biblioteca Municipal (zona piloto), tendo, entretanto, sido estendido a outros quarteirões do concelho. No âmbito deste projeto, em cada quarteirão, foram aplicados questionários aos moradores, comerciantes, comunidade escolar e utilizadores do espaço. Na sequência desta recolha de dados, são elaboradas propostas de melhoria da zona. Numa sessão de Presidência Aberta, são publicamente apresentados aos munícipes os resultados obtidos e as respetivas propostas.

Na sequência das ações já levadas a cabo no projeto, a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia pretende continuar a estimular a participação dos cidadãos na melhoria do seu local de residência. Para conseguir isto, realizou-se um estudo qualitativo com o objetivo de auscultar os moradores do quarteirão da Mesquita, na freguesia de Avintes, no sentido de identificar outras necessidades relativas ao espaço ou à dimensão social e relacional que facilitem essa participação e a vivência do espaço público.

METODOLOGIA

Foi realizado um grupo de discussão (Focus Group), composto por 10 moradores. Destes, 3 são mulheres e 7 são homens. A idade média é de 46 anos.

O método dos grupos de discussão permite aceder às experiências dos indivíduos e significados atribuídos por eles com bastante detalhe, havendo espaço na duração da entrevista de se explorar temas específicos,

quando necessário. Além disso, o aspeto grupal permite aos participantes interagirem uns com os outros, influenciando-se mutuamente à medida que debatem os assuntos apresentados.

O guião utilizado era semi-estruturado, o que permitia existir alguma flexibilidade na discussão dos temas. Este incluiu os seguintes tópicos: caracterização do bairro nas suas várias dimensões (física, social e afetiva), caracterização do bairro ideal e levantamento de ideias e sugestões para transformar o bairro atual no bairro ideal. Adaptado em função da tipologia dos entrevistados, estes guiões semiestruturados permitiram ao entrevistador colocar as questões na ordem que melhor se adequa à situação e, eventualmente, adicionar questões pertinentes, numa perspetiva mais qualitativa.

A domp utilizou uma base de dados telefónica para contactar os lares que pertencem a este quarteirão, no sentido de identificar potenciais participantes para o grupo de discussão. Num primeiro contacto, recolheram-se alguns dados pessoais e a disponibilidade dos contactados para o dia disponível para a realização do focus group, sendo definido o horário em função da disponibilidade da maioria dos participantes convidados. A sessão de focus group decorreu nas instalações do Parque Biológico de Gaia.

A análise de dados realizou-se através de análise de conteúdo, caracterizada pela realização da transcrição das entrevistas e da leitura flutuante desta transcrição no sentido de identificar temas comuns. Embora tenha sido a nossa intenção utilizar o guião semiestruturado como esquema inicial para a definição das categorias, considerou-se mais adequado salientar das discussões temas mais específicos e, dentro destes, os problemas apontados e soluções apresentadas para os resolver.

evidente, agora já se nota mais limpezas, mas ainda é um ponto muito a melhorar nesta zona”, P1).

Entretanto, é importante ressaltar que, embora se encontre progresso nesse âmbito, as limpezas na rua ainda deixam muito a desejar. Por mais que tenha havido

“Mas houve uma evolução muito grande, em muitos aspetos: nas recolhas de lixo, nas limpezas que antigamente não era tão evidente, agora já se nota mais limpezas, mas ainda é um ponto muito a melhorar nesta zona”, P1

essa melhoria, os moradores ressaltam que tem havido dificuldades na recolha dos lixos e que isso tem causado um mau aspeto e problemas para a região (“Eu há dias ia para jogar lixo e tropecei (...) estava lá duas cadeiras, estavam umas caixas de cartão, estavam uns vidros... (...) nem sequer tinha acesso ao contentor do vidro para deixar cair as garrafas.”, P9; “E agora os vidros ainda lá estão. Já para aí há 15 dias estão os vidros todos partidos no chão [...] Aliás, o plástico devia ser retirado mais vezes [...] quantas vezes eu quero meter o plástico cá fora? O meu marido diz assim “olha eu vou espreitar lá fora a ver se se pode meter o plástico ou não” e temos de estar ali à espera que haja lugar. O contentor está cheio.”, P2; “Isso é um ponto também muito importante. A limpeza em torno do contentor e a recolha mais vezes. Porque ali às vezes fica com aspeto muito ruim. Lixo sobrando.”, P3).

Os moradores também reportam que em determinadas ruas da freguesia é comum encontrarem fezes de cães no passeio (“Se for em frente ao Continente ou atrás, para o lado da escola, ninguém pode andar com as bombas que os cãesinhos deixam em todo o lado. Ainda tenho... Por acaso no meu sítio acho que até é raro

encontrar um passeio sujo, mas em frente ao Continente acho que aquilo é muito mau.”, P2). Este problema, como relatam, é um transtorno sobretudo à noite, devido à escuridão (“Isso é um ponto realmente que se nota mesmo de noite. Se a gente não tiver cuidado quando chega a casa, já está, não só em frente ao Continente, na rua de cima também, em frente àquele café”, P1). Como ponto de partida, os moradores sugerem, para a Junta de Freguesia ou Câmara Municipal, que coloquem avisos e sinais nos jardins, na esperança de apelarem à consciência coletiva (“(...) com algumas coisas nos jardins, com algumas dicas (...)”, P1). Também foi discutida a possibilidade de serem espalhadas maiores quantidades de baldes de lixo, dado que foi apontado que uma das dificuldades na recolha das fezes poderia ser a longa distância entre os contentores, pelo que se houvesse contentores no meio, as pessoas já teriam esse acesso facilitado (“Se calhar porque tem no princípio da rua e no fim, e se calhar as pessoas cansam-se porque tem de ir de uma ponta à outra. Se calhar, a meio.”, P2). Em relação a avisos e campanhas, foi comentado o problema da falta de informação rápida sobre a recolha de móveis e colchões nos contentores, sendo que os participantes têm a visão de que ter essa informação já facilitaria essa

“Isso é um ponto também muito importante. A limpeza em torno do contentor e a recolha mais vezes. Porque ali às vezes fica com aspeto muito ruim. Lixo sobrando.”, P3

recolha (“A ideia de colocar o número no contentor.”, P4).

Todavia, torna-se importante esclarecer que os participantes tendem a culpabilizar mais os moradores de Avintes que a Junta de Freguesia pela questão. De acordo com os próprios, recolher as fezes dos cães é questão de civismo e educação (“Isso é falta de civismo das pessoas. É todos os dias. Quem vai pôr um cão em cima de um canteiro que está lá para as pessoas usufruírem, que a junta vai limpar, e depois vão lá assim...”, P9; “Eu acho que a resolução mais simples, mas que leva muito tempo, passa pela educação, não?”, P6; “As pessoas gostam muito de animais, eu também gosto, mas podíamos ter mais um bocadinho de respeito por toda a gente (...) Muitos limpam, outros não.”, P1). Os moradores alegam que a Câmara já tomou iniciativas para eliminar o problema das fezes dos cães, sem efeito (“Chegou a Câmara, chegou lá a pôr saquinhos e eu vi. Não estou a contar que me disseram. Eu vi. Puseram lá os saquinhos e puseram aquelas tabuletas.”, P9). E declaram que, mesmo agora, há uma enorme quantidade de baldes de lixo distribuídos pela freguesia (“Não, não são tão poucos quanto isso, eu não me lembro de alguma vez ter que caminhar mais do que 200 metros para encontrar um caixote do lixo para depositar os dejetos do cão. Portanto, não me parece que nós tenhamos que ter um caixote de lixo de cinco em cinco metros para que as pessoas não tenham que andar 200 metros.”, P6). Dessa forma, os participantes acreditam que é necessário intervir diretamente na população para mitigar o problema. Nesse sentido, foi concebida a iniciativa da introdução de multas por parte da Câmara para quem não recolheu os dejetos (“Eu acho que depois podíamos passar para um outro nível, que é o nível de haver consequências pelo não cumprimento das regras, porque as pessoas são obrigadas a recolher os dejetos e portanto as pessoas quando não as recolhem deviam ser multadas”, P6; “Está lá um lembrete de quanto que você vai pagar de multa. Sempre ajuda a refrescar a ideia de

que aquilo é uma transgressão, né? Sempre ajuda.”, P4). Por outro lado, foi reconhecida a complexidade de estabelecer essa fiscalização e a dificuldade em identificar os meios pelas quais ela seria colocada em prática. Um participante também afirma que vê a mesma dificuldade, mas acredita que ao ter a sinalização e o montante a ser pago, as pessoas podem refletir se vale a pena correr o risco (“Sobre os dejetos dos cães. Já sabe que não pode haver um fiscal para cada pessoa que tem um cão, mas se pusesse nas ruas uma fotografia do cão com uma coima a aplicar [...], o primeiro que fosse sinalizado (...).”, P1).

“Não, não são tão poucos quanto isso, eu não me lembro de alguma vez ter que caminhar mais do que 200 metros para encontrar um caixote do lixo para depositar os dejetos do cão. Portanto, não me parece que nós tenhamos que ter um caixote de lixo de cinco em cinco metros para que as pessoas não tenham que andar 200 metros.”, P6

Um outro problema que surgiu na discussão entre os participantes foi a existência de uma grande quantidade de beatas de cigarro nas ruas. Um dos pontos que os participantes ressaltam que poderia mudar essa situação e diminuir o hábito de jogar este lixo no chão seria ter mais lixos na rua que fossem especificamente para esse fim, uma vez que existe a preocupação entre eles de jogar no lixo e isso gerar fogo no caixote (“(...) havia poucos sítios para se deitar o cigarro. Porque uma pessoa também pensa “vou meter no caixote do lixo e se pegar fogo a culpa é minha.”, P8). Dessa forma, surge na discussão a colocação de mais Papa-beatas nas ruas e em pontos estratégicos para reduzir este problema (“E não sei se aqui na zona existe, mas acho que não. Mas em Mondim de Basto existe uma coisa que se chama os papa-beatas. São caixotes pequeninos agregados a postes de

do parque de ginástica ("Se calhar uns folhetos ou qualquer coisinha nas caixas de correio a dizer "olha, agora tem um parque atrás" com as normas de etiqueta, com as normas de civismo também. Se calhar não se perdia nada, não é?", P2).

Ainda a respeito da construção de um parque infantil, os residentes de Avintes também declaram que existiram e existem parques infantis em Avintes, mas que estão todos destruídos e com equipamentos demasiado desgastados, constituindo um perigo para as crianças que usufruem do espaço ("Eu cheguei a utilizar esse (parque infantil) da Mesquita, depois acabou por ficar destruído", P2; "Foi destruído porque foi abandonado, não fizeram manutenção que era para acabar." P9. Os participantes também relatam que conhecem uma alternativa fora da freguesia, nomeadamente o Parque da Lavandeira, mas que essa não é adequada para crianças pequenas ("Não, não é para qualquer criança. É muito perigoso. Não é para qualquer. Não é para um miúdo de três, quatro anos", P9; "Ali, só com muita supervisão. Concordo, porque eu levo o meu de três anos ali e não é para qualquer criança", P4).

"Se calhar uns folhetos ou qualquer coisinha nas caixas de correio a dizer "olha, agora tem um parque atrás" com as normas de etiqueta, com as normas de civismo também. Se calhar não se perdia nada, não é?", P2

Dessa forma, os residentes alegam que o único parque infantil adequado, com equipamentos seguros e espaço bem cuidado, seria o parque infantil inserido dentro do Parque Biológico. Contudo, os moradores reclamam que, para usufruir do parque, é necessário que adultos paguem uma taxa de entrada ("Nós podíamos entrar sem pagar. E agora acho que se paga para ir", P2; "A criança não paga, mas o adulto paga", P4). Segundo

eles, embora as crianças não tenham custo para entrar, o valor de entrada para os adultos desmotiva a ida a esses parques, uma vez que, na sua perspetiva, não faria sentido que a criança vá sozinha para o parque (para não haver gasto de dinheiro) e, conseqüentemente, fique sem os cuidados de um responsável ("Atenção que, no parque infantil, mesmo até aos dez anos tem que ter a supervisão de um adulto. A criança não pode ser deixada sozinha", P9). Isto motiva a visita a parques de outras freguesias nos quais o adulto não paga, para poderem desfrutar de um parque infantil ("As pessoas que residem na zona de Avintes têm que pegar fatalmente num carro, não é? Que é tudo menos amigo do ambiente, para poderem usufruir de um parque", P6). Os participantes argumentam que, como solução rápida e a curto prazo, se o Parque Biológico não tivesse custo de entrada para os residentes locais e mantivesse a taxa apenas para os indivíduos que viessem de fora, não seria tão necessário que a Câmara construísse um novo parque infantil ou desenvolvesse espaços novos de convívio na região ("Eu pergunto se não é possível haver um regime especial de acesso aos residentes em Avintes para usufruírem do Parque Biológico. Porque as pessoas que vivem na zona de Oliveira do Douro acedem ao Parque da Lavandeira (...). Eu diria que não é preciso construir um parque da Lavandeira em Avintes se nós temos aqui um espaço verde do qual podemos usufruir", P6; "Isso é um tema que até é bem discutível... O Parque Biológico ter aqui condições e nós não podemos usufruir disso.", P1).

Vale ressaltar que o recurso ao Parque Biológico como remediador da ausência de espaços de convívio poderia ser interessante para a comunidade, dado que os próprios residentes reconhecem que existem poucos espaços disponíveis no território para a construção de parques ("Eu não sei aonde teria espaço aqui para colocar um parque infantil", P4). No entanto, da mesma forma,

cabe pontuar que essa não é uma opinião compartilhada por todos os participantes (“Eu tenho outra opinião sobre isso. Há muito espaço.”, P1; “Há muito espaço em Avintes”, P9), e determinados indivíduos até citam potenciais locais para uma intervenção (“Aqui na Rua Padrão Vermelho, Rua 5 de Outubro, ou Padrão Vermelho, tem muitos terrenos onde se podiam eventualmente fazer ali um parque. Não faltam terrenos ali.”, P1).

Outro local ressaltado para os participantes que poderia ser utilizado é a Biblioteca do Palheiro (“Já é uma estrutura que já tem. Lá em funcionamento tem boas condições físicas, né? (...) Como que poderíamos usar esse espaço como um momento, um espaço agregador. A estrutura é muito boa.”, P4). Assim, afirmam que é um local onde seria possível a realização de diversas atividades para envolver e integrar a comunidade (“(...) até de ter uma máquina de café que muitas pessoas mais idosas ou muitas pessoas que teriam um tempo livre vão ao café para ler o jornal e tomar café. (...) promover grupos de leitura de para idosos, tudo.”, P4).

eu pelo menos falo por mim, vou para onde? (...) ainda há espaço para construir, fazer uma espécie de pavilhão que desse, por exemplo, para durante o dia os mais velhos terem onde ler, por exemplo, onde estar, onde conviver, por exemplo, ter salas com computadores, porque também a realidade é que têm pouco acesso a computadores, alguns mais velhos. E depois à noite, por exemplo, eu gosto de jogar setas. Eu gosto de jogar bilhar, gosto de estar com os meus amigos simplesmente a conversar. (...) Ou seja, podia fazer-se um edifício que fosse multifuncional.”, P8; “E onde estava o estaleiro da Engil quando fez o bairro da Mesquita, aquilo pertence à Junta de Freguesia. Podiam fazer aí, aproveitar o espaço ali em baixo.”, P9). Eles acreditam que fazer isso traria mais pessoas para Avintes (“Isso já iria atrair mais gente para Avintes.”, P8), uma vez que muitas vezes é necessário sair de Avintes para que seja possível ter essa integração e estar com as pessoas (“Então, na minha opinião, como jovem eu não vejo aqui muito espaço para pessoas como da minha idade (...), para aproveitar para estar entre

“Eu pergunto se não é possível haver um regime especial de acesso aos residentes em Avintes para usufruírem do Parque Biológico. Porque as pessoas que vivem na zona de Oliveira do Douro acedem ao Parque da Lavandeira (...). Eu diria que não é preciso construir um parque da Lavandeira em Avintes se nós temos aqui um espaço verde do qual podemos usufruir”, P6

Ainda, ressaltam que podem ser criados também espaços e pavilhões que teriam esse objetivo de promover e integrar a comunidade como um todo, de todas as idades (“Tentar sítios que ainda estão com espaço. Por exemplo, foi criada a PATA, se não me engano. Estão a aproveitar já aquele espaço, criar apartamentos, ou seja, antes de começar a ficar já demasiado cheio, aproveitar para criar um pavilhão desses. Porque a realidade é que estão a crescer. Há crianças e tudo, mas elas saem daqui porque não têm nada aqui para fazer. E

amigos. Eu, por exemplo, para estar com os meus amigos, eu me dirijo ao centro de Gaia ou às praias, porque de resto não há cafés, não há Baixa, não há nada para jovens, por exemplo”, P8).

Ainda é ressaltado que esse espaço de convívio pode ser criado em locais abertos e que somente colocar um “grelhador” ou alguns bancos poderia dinamizar os espaços de uma forma melhor (“(...) acho que se houvesse um grelhador ou outro, se calhar, naqueles espaços, mais pessoas usariam. (...) No mural tem lá uma mesinha e

“Eu também vejo o problema não só na frequência. Eu vejo aqui um problema também em termos de competitividade, que é... Qual é que é a vantagem de um autocarro, se está parado nas mesmas filas de trânsito que os automóveis particulares?”, P6

vai primeiro apanha quem está. E até era interessante eles a competirem e apanhavam as pessoas. Saiu a de Lever Crestuma, ficou só a Moreira Gomes.”, P2). A frequência de autocarros também deixa a desejar (“Acho que só tem uma camioneta de manhã ou ao meio da manhã”, P2), assim como os horários, que parecem incompatíveis com a verdadeira demanda dos residentes (“E os horários não são compatíveis com os horários dos autocarros (...) A maior parte do pessoal não tem aquele... Antigamente era pegava às oito, saía às seis. Hoje em dia não é assim. A gente pega a meio do dia, sai meio da noite. Não é os mesmos horários, não há. Os autocarros não estão definidos para os horários atuais.”, P9). Foi referido ainda um terceiro problema: a falta de vantagens ou aspetos atrativos para a deslocação de autocarro. Assim, para além da baixa frequência e qualidade dos horários do transporte público, soma-se a demora para chegar ao destino final (“Eu também vejo o problema não só na frequência. Eu vejo aqui um problema também em termos de competitividade, que é... Qual é que é a vantagem de um autocarro, se está parado nas mesmas filas de trânsito que os automóveis particulares?”, P6). Neste sentido, a viagem de automóvel configura-se como mais atraente pela duração mais reduzida (“Eu queria ir para a faculdade de Engenharia, que é à beira do Hospital São João. De transportes públicos, eu demorava mais de duas horas. Se fossem de automóvel, eu demorava menos de meia hora.”, P6). Torna-se, dessa forma, mais cômoda e mais prática a escolha de meios de mobilidade

individuais, dado que a dependência nos autocarros transmite aos residentes uma sensação de desamparo (“Quem se quer dirigir para o trabalho, para Gaia, desespera.”, P9).

Cabe mencionar que, para além dos autocarros, não existem outras alternativas para os habitantes de Avintes. No que diz respeito ao metro, os participantes declaram que a linha de metro no concelho de Gaia é insuficiente, e manifestam indignação com o facto de existirem linhas mais extensas noutros concelhos, em comparação com a linha de metro que serve o concelho de Gaia (“Para mim é inaceitável o concelho mais populoso da área metropolitana do Porto ter a extensão de linha do metro mais curta de todos os concelhos”, P6; “E ainda vai ser estendido nas outras, nos outros concelhos, e no nosso ainda não.”, P8).

Todavia, os participantes encaram com otimismo a possibilidade de mudanças nos transportes públicos da região (“Agora já temos a carreira também de autocarros dos Carvalhos. Vai fazer aqui Ornelas, vai passar para Quinta da Mesquita. Vão ser coisas completamente novas. Eu acho que ainda é muito recente para a gente dizer, porque não deu tempo.”, P9) e sugerem, para o futuro, que as frequências dos autocarros aumentem, que os horários se assemelhem mais à realidade das demandas, e, por último, a criação de uma via dedicada apenas à passagem de autocarros, para que se tornem uma alternativa viável ao uso do transporte próprio (“As pessoas a determinada altura, estão paradas no trânsito e veem um autocarro a passar e dizem assim “Qual é que é a vantagem de eu levar o meu carro se eu estou a demorar o dobro ou o triplo do tempo do que se fosse de autocarro?””, P6).

CONCLUSÃO

No grupo focal com os moradores do quarteirão da Mesquita, foi possível observar que as reclamações mais recorrentes foram referentes aos espaços de convívio, julgados como insuficientes ou inadequados para as necessidades de todas as faixas etárias, e da dificuldade de mobilidade dos residentes devido tanto a falhas no planeamento urbanístico, quanto a transportes públicos deficientes. Os participantes discorreram, ainda, acerca de outros tópicos, tais como a limpeza das ruas e o sentimento de (in)segurança no quarteirão.